

A importância da nova Secretaria do Tesouro

por Cláudia Safatle
de Brasília

"A Secretaria do Tesouro é capaz, hoje, de fazer uma verdadeira 'cineangiocoronariografia' do setor público." Quem garante a possibilidade desse exame altamente sofisticado nas contas do setor público, aberto a qualquer pessoa que deseje saber para onde vai o dinheiro arrecadado dos impostos, é o Secretário do Tesouro Nacional, Andrea Sandro Calabi, há pouco mais de um mês ocupando um dos mais poderosos cargos da Nova República, criado por decreto do presidente José Sarney.

A idéia da Secretaria do Tesouro, que passa agora a controlar as entradas e saídas de recursos da União a cada dia, não era nova. Ela fazia parte de um programa profundo de reordenamento das finanças públicas que começou com a unificação orçamentária — através da qual contas importantes que transitavam pelo orçamento monetário e eram finan-



Andrea Sandro Calabi

ciadas por maior endividamento interno ou pela emissão de moeda passaram a ser cobertas por recursos fiscais e submetidas ao crivo do Congresso Nacional (subsídio ao trigo e política de preços mínimos, entre outras contas).

"Se não houver um controle muito sensato, tranquilo, do setor público, não há como pretender um equilíbrio de preços, um

alongamento no horizonte de planejamento e eficácia na fiscalização dos gastos governamentais", acentua Calabi.

Depois de acumular um importante superávit nas contas do Tesouro Nacional em janeiro e fevereiro, o caixa da União encerrou o primeiro trimestre com uma disponibilidade de recursos da ordem de CZ\$ 28 bilhões. Um volume de dinheiro que, segundo Calabi, "antes ficava encostado no Banco do Brasil e agora está sendo utilizado para reduzir a dívida pública".

ECONOMIA IMEDIATA

A relação custo-benefício da criação da Secretaria do Tesouro; aliás, não é difícil de ser colocada no papel, e o secretário do Tesouro conta com algumas economias imediatas: apenas com a redução da taxa de administração de 0,8% cobrada pelo Banco do Brasil como agente do Tesouro, os cofres públicos deixarão de gastar cerca de CZ\$ 3,2 bilhões. Além de outra economia de aproximadamente CZ\$ 600 milhões com a eliminação do saldo médio de CZ\$ 4 bilhões mantido nas 3.700 contas bancárias do Tesouro. Agora, esse dinheiro será transferido para o Banco Central, que poderá aplicá-lo em títulos públicos.

O custo da implantação da Secretaria do Tesouro — que pretende adquirir um computador central e instalar 2.500 terminais, sendo 800 ainda neste ano, em quatro capitais (Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Belo Horizonte) — está estimado em CZ\$ 349 milhões. O projeto é complexo e deverá armazenar dados sobre receitas e despesas de todos os órgãos da administração federal, autarquias, empresas estatais, bancos oficiais, além de dados sobre os governos estaduais e municipais. Com esse alcance, a tendência é vedar todos os vazamentos de gastos do setor público e chegar ao final deste ano com um equilíbrio entre receitas e despesas ou, na melhor das hipóteses, com um superávit de 0,5% no PIB, nas contas do setor público.